

# IDEOLOGIAS CRUZADAS EM POETAS DO SETECENTOS EM MINAS GERAIS

Melânia Silva de Aguiar  
(UFMG/PUC-MG/CNPq)

## RESUMO

A obra dos chamados “poetas inconfidentes” de Minas Gerais, Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga Peixoto, examinada à luz de documentos históricos e de fontes textuais, pode oferecer sugestivas possibilidades de leitura e compreensão de sua trajetória estética e ideológica. O peso da censura estatal exercida à época, cerceando a livre manifestação do espírito, e as condições a que estiveram sujeitos esses poetas quando de sua prisão e julgamento, são claros indícios do muito que se perdeu de sua produção manuscrita, o que tem dificultado amplo acesso a suas ideias. Ultimamente, a reunião da extensa produção inédita e esparsa de Cláudio Manuel da Costa, assim como a localização de fontes textuais de parte dessa produção, permite maior proximidade com a gênese de sua obra e contribui para melhor avaliação do autor e do período. Alguns aspectos da obra literária de Cláudio Manuel da Costa serão privilegiados no presente estudo, tendo-se em vista os significados de marcas de cunho estético e/ou ideológico registradas em manuscritos do autor.

**PALAVRAS-CHAVE:** século XVIII; fontes textuais; Minas Gerais; Cláudio Manuel da Costa.

A produção literária do setecentos em Minas Gerais, representada pelos poetas que a história consagrou como “poetas inconfidentes” (rótulo que a posteridade adotou sem se questionar o sentido que en-

cerca), ou seja, Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto, por força dos pesados mecanismos de repressão postos em vigor pelo aparelho estatal, fez uso, com bastante frequência, de recursos que buscavam escamotear o pensamento de seus autores, contrários muitas vezes aos interesses da Metrópole. Esses recursos vão desde o despiste de autorias, através da adoção de pseudônimos ou criptônimos imaginosos, como no caso das *Cartas Chilenas*, narradas por um Critilo (leia-se: Tomás Antônio Gonzaga), até a mistura de vozes não claramente delineadas em trechos comprometedores da fase manuscrita, como aconteceu com algumas obras de Cláudio Manuel da Costa, e particularmente com o poema “Vila Rica”.

No caso das “*Cartas Chilenas*”, com o mistério de sua autoria instigando por tantos anos os estudiosos da obra, os trabalhos minuciosos de Manuel Rodrigues Lapa (1958), apoiados em documentos e análises comparativas de textos, “desmontaram” os enigmas dos criptônimos e “demonstraram” a autoria inequívoca de Tomás Antônio Gonzaga, inimigo declarado de Luís da Cunha Meneses, o Fanfarrão Minésio, governador de Minas Gerais de 1783 a 1788. Quanto a Cláudio e suas obras, aí incluído o “Vila Rica”, somente após ter sido reunida e analisada sua vasta produção, já em 1990, ficaram evidenciados em extensão os processos de ocultamento utilizados, patentes nos cortes, rasuras, substituição de formas comprometedoras por outras menos “perigosas” para o autor, como pudemos detectar em fontes manuscritas e impressas por nós localizadas (AGUIAR, 1996). Juntamente com esses processos, e muitas vezes por meio deles, verifica-se nas obras do tempo a instalação da ambiguidade (e aqui está o mais sutil dos mecanismos de despiste) com que os poetas do XVIII em Minas Gerais se escondiam atrás de outras máscaras ou *personae* discursivas, velando de algum modo suas verdadeiras crenças ou intenções.

De Inácio José de Alvarenga Peixoto, o poeta de Bárbara Heliadora, pelo pouco que restou de sua obra, não há muito o que dizer, a não ser lembrando que este “pouco que restou”, cerca de 33 poemas, fala por si mesmo do quanto desse poeta se perdeu, seja por força de sua condição de réu, sujeito à censura exercida na época de sua prisão e degredo, seja por iniciativa própria ou de familiares, temerosos de um comprometimento ainda maior do que aquele já exposto com as denúncias sofridas. Não se pode acreditar que poeta tão maduro tenha escrito tão pouco. E como se explica uma obra ideologicamente

solitária, esse seu “Canto Genetliaco”, de 1782, escrito em celebração ao batizado de um “fidalgo”, José Tomás de Meneses, nascido em Minas e filho do governador D. Rodrigo José de Meneses? Nesse poema, Alvarenga tece na figura do homenageado o elogio dos nativos, postos em grau de equivalência (ou até de superioridade) em relação aos “de lá”, europeus, aí expressando a convicção de que uma grande civilização está tendo origem nesta plagas. “São dignos de atenção...”, dirá o poeta, pela “voz” da criança homenageada (como num vaticínio), já que, não em guerras, esses homens empregam “dignamente suas forças”:

Procurar o metal, que acode a tudo,  
É destes homens o cansado estudo.  
(PEIXOTO, 1996, p. 978)

Muito mais teria a nos dizer Alvarenga Peixoto, se nos fosse facultado o acesso a todos os seus escritos, certamente mais dilatados e mais ricos do que aqueles que conhecemos e que restaram. Em direção oposta, a obra de Cláudio Manuel da Costa, vista em seu conjunto, sobretudo depois de reunidos os poemas inéditos e esparsos do vate mineiro, mostra-se significativamente mais ampla e mais complexa do que a deixada pelos dois outros poetas, Gonzaga e Alvarenga Peixoto. A edição das *Obras poéticas de Cláudio Manuel da Costa*, publicada por João Ribeiro em 1903, além de não tomar como base fontes autorizadas, é muito menos volumosa do que a edição da editora Nova Aguilar, de 1996.

Cláudio era o mais idoso e experiente dos três, e já de volta a Vila Rica, depois de concluídos seus estudos em Coimbra (ele sai do Brasil em 1749 e retorna em 1754), funcionaria para os mais jovens como uma espécie de guia ou conselheiro em matéria de poesia, quando estes chegaram a Minas para assumir postos importantes do governo (Gonzaga, nascido no Porto, foi nomeado ouvidor em Vila Rica, em 1782; Alvarenga Peixoto, nascido no Rio de Janeiro, foi nomeado ouvidor do Rio das Mortes, em 1775).

O ano de 1768 seria particularmente importante para Cláudio Manuel da Costa. Nesse ano toma posse como governador da capitania de Minas D. José Luís de Meneses, o Conde de Valadares, de quem Cláudio se tornaria secretário de governo. A chegada do novo governador inspira ao poeta muitos dos poemas em sua homenagem, testemunhando o costume do tempo de tecer encômios aos poderosos com

vistas à sua proteção, mas também – e é sobretudo esse aspecto que aqui nos importa – o de atrair a simpatia do homenageado para as dificuldades locais; no caso da capitania, muitas dificuldades! – como se pode deduzir das notícias do tempo sobre a fiscalização rigorosa na arrecadação do ouro, o arrocho dos impostos, o descontentamento geral. Em setembro desse ano Cláudio recita, na sessão de posse do governador, um conjunto de poemas em louvor ao Conde, em que prevê melhores dias para a capitania, agora sob o sábio governo e a proteção de “tão ilustre chefe”. Vale lembrar que “Obras Poéticas” foi o nome dado a esse conjunto de poemas publicado em 1931 por Caio de Melo Franco, juntamente com “O Parnaso Obsequioso”, com base em manuscrito encontrado em Paris, contendo esses dois blocos de poemas inéditos do poeta mineiro. Não se deve confundir tal conjunto com a edição das *Obras poéticas de Cláudio Manuel da Costa* realizada por João Ribeiro em 1903; nessa data, os dois conjuntos eram desconhecidos dos estudiosos da obra de Cláudio. Segundo Caio de Melo Franco (1931), em 1899, o manuscrito, que pertenceu ao poeta José Maria Herédia, já estava em Paris, conforme lhe assegurou um livreiro avaliador. Na homenagem ao Conde, a harmonia da paisagem promovida com a simples presença do homenageado é apenas um *topos* árquico, bem distante da realidade local:

Por ele em doce agouro  
Verão como se cobre  
Igual do trigo louro  
O campo, ou já do rico, ou já do pobre;  
Verão como sem susto entre a parelha  
Pastam, contente a relva, o touro, a ovelha.  
(COSTA, 1996, p. 329)

Três meses depois, em 5 de dezembro de 1768, no aniversário do Conde, é a vez de ‘se recitar em música’ o drama encenado “O Parnaso Obsequioso”, também no mesmo tom de louvor associado à previsão dos dias felizes, em que tudo será “(...) delícia / Na opulenta região das áureas Minas.” Na abertura do drama faz-se referência ao autor, Cláudio Manuel da Costa, “criado pela Arcádia Romana, Vice-Custode da Colônia Ultramarina, com o nome de Glauceste Saturnio”.

É ainda de 1768 a publicação em Coimbra da obra mais famosa de Cláudio, *Obras* (na edição *princeps, Orbis*, por erro evidente de impressão), oferecida ao Conde de Valadares pelo autor, que se diz nova-

mente “Árcade Ultramarino, chamado Glauceste Saturnio”. Embora afirme no Prólogo ao Leitor que a maior parte destas *Obras* foi escrita ainda em Coimbra, ou pouco depois, “quando Portugal apenas principiava a melhorar de gosto nas belas letras” (o poeta refere-se aqui à disseminação do Arcadismo contra o “mau gosto” barroco), é de se supor que, estando ele no Brasil há quinze anos, tenha produzido em Minas grande parte dos poemas aí presentes. É sintomática a referência na abertura, novamente, a este “Árcade Ultramarino”, o que nos faz ver que antes de dezembro de 1768, data da representação de “O Parnaso Obsequioso”, já estava instalada em Minas a Arcádia ou Colônia Ultramarina, cuja existência dividiu opiniões entre os estudiosos. Antonio Candido (2004), em estudo intitulado “Os Ultramarinos” (anteriormente publicado no *IX Anuário do Museu da Inconfidência*, MEC, Ouro Preto, 1993, p. 130-137), discute a questão, concluindo, com base em documento existente na Arcádia Romana, pela existência desta misteriosa Arcádia Ultramarina, fundada, ao que parece em 1764 em Roma (“Per la Fondazione della Colonia Oltremarina”, diz o documento) e aqui instalada quatro anos depois como um ramo da principal.

Pode-se deduzir que, se o livro saiu em 1768, deve ter sido encaminhado para a impressão em Coimbra antes de dezembro, sujeito que esteve ao exame obrigatório e ao veredito da Real Mesa Censória, cujo regimento data de 18 de abril de 1768. Nele se prevê a inspeção de livrarias, bibliotecas e tipografias, sendo proibidas obras que veiculassem ideias supersticiosas e hereges. A “Protestação”, que fecha o livro *Obras*, na folha de ERRATAS, edição de 1768, evidencia o temor à censura e, no caso citado, censura de natureza religiosa:

Protesta o Autor que somente por adorno da Poesia usou das palavras Deuses, Numes, Divindade, Agouros etc. e outras expressões dissonantes aos dogmas da Santa Madre Igreja de Roma: o que tudo sujeita a sua correção, como verdadeiro Católico etc. (COSTA, 1996, p. 305)

Mas não foi somente a censura religiosa ou política que terá tido atuação sobre a obra de Cláudio e dos autores do tempo. Rodrigues Lapa (1952) fala de uma possível censura moral relativamente a um soneto integrante do manuscrito das *Obras*, o de n. 59 (ao lado do que ficou, de igual número) aí riscado, e excluído na edição impressa. Na verdade são oito os sonetos expurgados, como se pode ver no texto manuscrito existente na Torre do Tombo, e que serviu à impressão da

primeira edição das *Obras*. Quem teria riscado esses poemas? Os censores? O próprio Cláudio antes de enviar os papéis a Portugal? Alguém encarregado por Cláudio de o fazer, reduzindo de 108 para 100 o número de sonetos? Aparentemente não há uma razão única que justifique a exclusão exatamente desses oito poemas. No manuscrito aparecem com numeração repetida, a seguir ou antes de outro que permaneceu; ou então cedem seu número ao próximo soneto, com a numeração corrigida. Publicados em parte por Antônio Baião (1925) e, ainda, por Rodrigues Lapa (1952), buscamos reuni-los na edição que preparamos da poesia de Cláudio Manuel da Costa (1996), sob o título “Sonetos Inéditos”. O mistério da exclusão já no manuscrito desses sonetos riscados, permanece, no entanto, suscitando dúvidas e conjecturas.

Revista a trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa, pode-se afirmar, com base na leitura de sua obra, a ocorrência de um gradual amadurecimento ideológico e de uma certa despreocupação quanto à sujeição a um modelo árcade imposto como a grande solução para o abandono daquele “muito uso das metáforas”, de que ele nos fala no Prólogo, em exame autocrítico. Obras posteriores a 1768 apontam para novos rumos e tomada de posição mais em consonância com os ventos de renovação vindos com os ideais ilustrados, exigindo mecanismos mais sofisticados de expressão ideológica, de que o poema “Vila Rica”, concluído em 1773, oferece exemplo significativo. O recurso à ambiguidade será um desses mecanismos.

Ser de muitas caras, o texto ambíguo não permite que se veja com precisão nenhuma de suas faces, tal o poder que tem uma de embaçar ou velar a outra, de modo a deixar o leitor envolvido num cipoal de informações, que mais desorientam do que orientam a leitura. Isto – é claro – se o leitor, desatento ao contexto sócio-político do tempo e aos mecanismos linguísticos instauradores dessa ambiguidade, passar batido pela acentuada carga ideológica que nele se esconde. Daí a importância do conhecimento histórico da época e das fontes textuais, prontas a testemunhar as indecisões, os subterfúgios, os temores, os “apagamentos” de toda ordem.

No poema “Vila Rica”, de Cláudio Manuel da Costa, podem ser vistos alguns desses mecanismos instauradores de duplicidade de sentidos ou ambiguidades propositais postas a serviço de convicções ideológicas. Como demonstra Bakhtin (1986, p. 36), “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência”, e ainda, “é o modo mais puro e sensível

de relação social”, razão suficiente, segundo ele, “para colocarmos a palavra em primeiro plano no estudo das ideologias.”

Vivendo sob regime autoritário, o poeta setecentista administra frequentemente em seu texto, ambíguo por excelência, uma orquestração de vozes, sem que a “sua” possa ser ouvida com clareza. É como se elas significassem ao mesmo tempo, numa fusão simultânea de sentidos plurais. Entre os recursos utilizados para a obtenção deste discurso ambíguo, pode-se ressaltar no poema “Vila Rica”, “o uso do discurso direto” como estratégia de delegação a outrem da responsabilidade pelo conteúdo presumivelmente “subversivo” do enunciado; “a interrogação retórica”, como forma de afirmar, sem assumi-las, verdades contrárias à ideologia oficial; “a relação intertextual” envolvendo autores e obras veiculadoras de idéias consideradas suspeitas em regimes autoritários.

De certa forma a ambiguidade de muitos textos do século XVIII em geral reflete a própria indecisão ideológica da época, reconhecida de grandes mudanças no plano político-social; essas mudanças foram vivenciadas pelos poetas de Minas, presos a uma estrutura absolutista, arcaica e autoritária e, seduzidos, ao mesmo tempo, pelos ideais soprados principalmente da França iluminista. À medida que esses novos ideais vão sendo introduzidos no tecido social, com os choques inevitáveis, o traçado ideológico vai-se configurando mais nitidamente, embora em ritmo lento, dependente que é, substancialmente, da capacidade de troca das comunidades locais, ou seja, da interação social, que teve papel relevante na Minas colonial.

Os fatores que interferiram na formação da sociedade que em Minas se constituiu ao longo do século XVIII, atraída pela descoberta do ouro na região e pelas possibilidades de enriquecimento rápido, contribuíram para uma comunicação ativa entre os membros de núcleos urbanos em expansão, fato não igualado em épocas anteriores no Brasil. Com a literatura não foi diferente. Cria-se, sobretudo na década de 1780, uma espécie de “rede”, com interação ativa entre poetas e letrados em geral, a “cidade letrada”, como diria Angel Rama (1985), em meio à barbárie local. Daí considerar Antonio Candido (1981) a segunda metade do século XVIII, quando surge o Arcadismo no Brasil, o marco de uma literatura brasileira configurada “plenamente como sistema articulado”, tomando como critério para a noção de sistema a existência simultânea do triângulo “autor-obra-público”.

A existência de um público letrado nas Minas do setecentos propiciaria, pois, uma ativa troca de ideias. Sabemos que os poetas do

chamado “grupo mineiro”, radicados em Vila Rica ou em cidades próximas (como é o caso de Cláudio, Gonzaga e Alvarenga Peixoto) liam-se mutuamente e trocavam experiências poéticas. Mesmo obras não impressas circulavam e eram lidas em manuscritos. Além disso, livros vindos de fora, trazendo idéias revolucionárias para a época, figuravam nas bibliotecas dos letrados, conforme testemunham os Autos da Devassa.

A vida em sociedade, por outro lado, tinha seu lugar. Temos notícias de grandes festas religiosas, de representações teatrais, de saraus poéticos, de visitas e jantares entre amigos, onde a troca de idéias, a informação sobre as novas ideologias sociais e políticas vindas de fora, a consolidação em processo dos costumes locais, tudo isso vai conformar um modo de vida e de pensamento a que não ficou alheia a palavra literária do tempo.

Privilegiado por marcas ideológicas nascidas nessa turbulenta sociedade mineira da segunda metade do XVIII, o poema “Vila Rica”, de Cláudio Manuel da Costa, à primeira vista, é apenas uma composição de louvor à terra, onde se registram os primeiros e turbulentos tempos da povoação de Minas Gerais. Laura de Mello e Souza, que estabelece uma relação desses tempos com o da Inconfidência Mineira, afirma:

Por todo o século XVIII, as Minas se viram às voltas com levantes e sedições, e sua formação social densa mantinha os governantes e os poderosos em constante sobressalto. Com o avançar do século, a insatisfação se enraizou no cotidiano, manifestando-se na proliferação dos quilombos e nas andanças desordenadas de desocupados. (...) Na Inconfidência, por fim, desaguam as duas tradições próprias às revoltas mineiras: a insatisfação dos poderosos, rápida e violenta, e a dos oprimidos, surda e cotidiana. (SOUZA, 1989)

Apesar das várias vezes que compõem o texto do “Vila Rica”, o que se vê aí, na superfície, é um discurso ideológico aparentemente uníssono, de natureza laudatória. Examinado de perto e em sua integridade, certos mecanismos aí utilizados, ou seja, como já se disse, “o discurso direto”, “a pergunta retórica” e “a intertextualidade”, revelam outra voz, subjacente ou ecoante, a serviço de crenças ou intenções distintas. Fundidas no texto, não se pode dizer que estas crenças e intenções se isolem num “isto ou aquilo”, mas, sim, num “isto e aquilo”, responsável pelo caráter de ambigüidade da mensagem.

O poema “Vila Rica”, de Cláudio Manuel da Costa, concluído em 1773, somente veio a ser publicado em 1839, em Ouro Preto, pela Tipografia do Universal. Sendo, pois, obra póstuma, a impressão do poema

não teve o acompanhamento do autor nessa edição de 1839. Em 1897, sairia uma segunda edição, também em Ouro Preto, desta vez pela Tipografia do Estado de Minas.

As duas primeiras edições do “Vila Rica” apresentam erros grosseiros, certamente de transcrição, já que seria impossível atribuir a Cláudio Manuel da Costa, mestre na arte da poesia, a autoria de versos quebrados e imperfeitos. Muitos desses erros permaneceram na edição de 1903, de João Ribeiro. A obra de Cláudio, aliás, a bem da verdade, sofre toda ela desta falta de cuidado que caracteriza as edições dos poetas brasileiros do período colonial. Algumas delas, se não são feitas em vida do poeta, são baseadas em manuscritos nem sempre autógrafos, nem sempre confiáveis.

Em nossa busca das fontes primárias com o objetivo de estabelecer o texto fiel da obra completa de Cláudio Manuel da Costa, tivemos ótimos achados e algumas frustrações. Com relação ao “Vila Rica”, nosso empenho em localizar o manuscrito autógrafo frustrou-se, já que nem no Arquivo Público Mineiro, onde supostamente se encontrava, nem nos demais acervos visitados foi encontrado o referido códice. A localização, entretanto, de dez manuscritos em locais diversos (sete no Rio de Janeiro, um em Belo Horizonte, um em Lisboa e um em Paris) permitiu-nos, no cotejo entre uns e outros, e destes com as primeiras edições, chegar a um texto o mais fiel possível ao original. O resultado foi compensador, pois, além de atingir, segundo julgamos, o objetivo proposto, as variantes textuais encontradas levaram a conclusões relevantes.

Logo no início dos trabalhos o manuscrito existente na Divisão de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa se imporia como o mais indicado para texto-base. Obsequiado, ao que parece, pelo autor do poema a D. Rodrigo José de Meneses, Conde de Cavaleiros (consta a dedicatória no topo da folha de rosto do manuscrito), governador de Minas que antecedeu Luís da Cunha Meneses, este manuscrito, além de sua boa apresentação, qualidades gráficas, correção de formas e inequívoca antiguidade, apresenta, no Canto V, 84 versos a mais que nos demais manuscritos e edições do poema. Perfeitamente integrados no corpo do texto, formal e semanticamente, estes versos contêm elementos de rebeldia, claramente “subversivos”, que podem explicar a não publicação do poema em vida do poeta. Rodrigues Lapa (1968), anos atrás, já chamara a atenção para o caráter “subversivo” dos versos omitidos nas primeiras edições. A reunião e estudo dos dez manuscritos por nós localizados reforça a tese aventada, isto é, a de uma supressão,

possivelmente pelo próprio autor, dos versos prenhes de ideias de liberdade, que poderiam vir a comprometê-lo no cenário político de seu tempo. Outras marcas de censura, além destas, figuram nos manuscritos; a leitura comparativa desses códices apócrifos permite a apreensão de matrizes que foram sofrendo deturpações nas cópias manuscritas que se seguiram, seja por descuido do copista, seja (e aqui está o dado que interessa) pela censura exercida sobre os primeiros códices.

Essa censura, perfeitamente explicável nas circunstâncias em que se fizeram as transcrições do texto, não teria alcançado o manuscrito oferecido ao Conde de Cavaleiros, espírito esclarecido, admirado e homenageado pelos poetas Alvarenga Peixoto, Gonzaga e o próprio Cláudio. É, pois, perfeitamente natural que D. Rodrigo, ao fim de seu governo, levasse consigo a versão ainda preservada do texto primeiro. De fato, comparativamente aos outros códices, este parece ser o mais fiel à matriz original. Somente por essa razão pode-se explicar a supressão dos versos mencionados nas cópias que se fizeram do poema, supressão que poderá ter sido levada a cabo pelo próprio Poeta, temeroso de represálias. A defesa dos ideais libertários, ao lado dos louvores aos paulistas que desbravaram as terras inóspitas das Minas e aos emissários reais, soaria estranha e incoerente, se o Poeta não usasse de estratégias discursivas que o isentassem de responsabilidade maior. As palavras de rebeldia, “subversivas” para a época, são proferidas, em discurso direto por um “vilão”, o religioso Francisco de Meneses, que incita, juntamente com outro religioso, Conrado, a resistência à comitiva enviada pelo Rei. Na tentativa de conquistar mais adeptos para sua causa, a certa altura desse trecho de 84 versos, incisivo e de forte poder persuasório, ausente nos demais testemunhos do poema (e nas edições que se sucederam), dirá o rebelde:

( ) Não é novo  
 Viver sem leis, e sem domínio um povo;  
 Nações inteiras têm calcado a terra  
 Sem adorar a mão que o Cetro aferra; (...)  
 (COSTA, p. 402)

E ainda:

Que tormento maior a um livre peito  
 Que a um homem, a um igual viver sujeito?  
 A liberdade a todos é comua;  
 Ninguém tão louco renuncia à sua.  
 (COSTA, p. 403)

Pode-se ver aí, nessa voz nascida da boca de um rebelde, “infame”, como o qualifica o Autor, uma artimanha engenhosa para, de forma velada, sem assumir diretamente a responsabilidade pela defesa ardente da liberdade, plantar as idéias novas que começariam a povoar o sonho dos futuros inconfidentes. Lembre-se que também Basílio da Gama, no poema *Uraguai* (1769), muito distante, espacialmente, dos inconfidentes, mas muito próximo deles, em matéria de interação literária, tece um discurso convincente sobre a liberdade, aqui pela boca dos índios Cacambo e Sepé, heróis, apesar de tudo. “A pergunta retórica” é feita pela mesma voz, em discurso direto, ou seja, “Que tormento maior a um livre peito / Que a um homem, a um igual viver sujeito?”, que equivale a “Existe coisa pior do que viver dominado por outro homem? Só um louco renuncia à liberdade, bem comum a todos os homens”. Ainda assim, apesar das estratégias utilizadas, estes e outros versos foram suprimidos.

A referência a idéias de Voltaire e a citação de trechos de seu poema “Henriade”, em paralelo às palavras dos rebeldes, possibilitam que se vislumbrem, nas palavras de Francisco de Meneses, ecos das idéias ilustradas que invadem o século. Aplica-se aqui, dessa forma, o juízo de Compagnon (1996), quando diz que “O sujeito da citação é uma personagem equívoca (...) um delator, um vendido (...) mas sua denúncia, sua convocação são também um chamado e uma solicitação: um pedido de reconhecimento.”

Na situação focalizada, é pertinente ressaltar o problema que a intertextualidade instaura relativamente à recepção. Para que o leitor perceba o outro texto impõe-se uma competência cultural e ideológica. Numa época em que no Brasil a leitura dos enciclopedistas ainda não é de extenso domínio público, mas privilégio de uns poucos letrados, a recepção de um texto com tais marcas tem toda probabilidade de atingir mais diretamente esse público restrito, o que não impede, entretanto, que funcione, para um público leigo, como uma espécie de introdução pedagógica das novas idéias.

A citação no Prólogo do poema “Vila Rica” de trecho do “Essay sur la Poésie Épique”, de Voltaire – “Inventaram-se leis onde as não havia” – é atribuída claramente ao filósofo francês apenas nas Notas que acompanham os versos do poema; no Prólogo, Voltaire é referido, discretamente, como “um bom Autor”. A citação, relativa a assunto não propriamente político, mas estético, tem aqui a função de justificar o fato de Cláudio não se sentir autor de um poema “com o caráter de

épico”, como não o foram, segundo ele, do ponto de vista da censura dos críticos, poetas laureados em todo mundo. Logo, ele, Cláudio, está bem acompanhado e respaldado por “um bom Autor”, que desmerece os críticos com sua observação. Só que esse Autor, com sua presença discreta, é um daqueles que mais influenciaram os idealizadores da Revolução Francesa e da Revolução Americana. Sua lembrança, num poema concluído em Minas no ano de 1773, como atestam os manuscritos, não pode ser vista como destituída de significado. É “o diabo na livraria do cônego”, como quer Eduardo Frieiro (1981), mas também em outras livrarias da colônia.

Pode-se ver, em outros pontos do poema, a sintomática indecisão na escolha de denominações, como as relativas a dois agitadores dos primeiros tempos, envolvidos na conspiração contra Antônio de Albuquerque e seus homens, representantes da Coroa portuguesa. A censura impede que os nomes desses rebeldes sejam claramente expostos; para se referir a Francisco de Meneses ou a Conrado, os dois rebeldes, cujos nomes aparecem claros no manuscrito de Lisboa, ocorrem, nos vários testemunhos, ora “os dous religiosos”, ora “os dous Frades”, numa tentativa de escamotear as identidades e de não ferir melindres religiosos, ou, como diz o próprio autor nas notas que fez ao poema, “por que não se escandalize a piedade de alguns ouvidos”.

Observem-se os dois versos abaixo, retirados do Canto V do texto-base (o manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa) – aqui numerados apenas para facilidade de leitura – e as variantes presentes nos versos correspondentes, a seguir, integrantes de dois dos manuscritos compulsados, ou seja, um da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) e outro do Arquivo Público Mineiro (APM):

[1] Assim fala Meneses: continua

[2] A propagar Conrado o ímpio partido,

[1] *Calou o religioso*: continua ms.BNRJ (forma alternativa na sobrelinha), ms. APM, eds. 1,2,3; Assim *falava* Menezes, mss. BNRJ, APM (forma alternativa em pé de página).

[2] A propagar *o sócio* o ímpio partido ms. BNRJ (forma alternativa, na sobrelinha), ms. APM, eds. 1, 2, 3 (em APM, também forma alternativa, em pé de página, *Conrado*).

Essas e outras variantes podem ser encontradas com frequência

nos manuscritos da época, contando um pouco do processo de construção das obras, das interferências de copistas pouco cuidadosos, ou até excessivamente zelosos e temerosos das imposições coercitivas do poder. Só uma fonte textual manuscrita, menos contaminada por adulterações posteriores, poderia nos mostrar esse outro lado da fisionomia político/literária do poeta Cláudio Manuel da Costa, geralmente minimizada. Por esse exemplo, pode-se imaginar quanto se perdeu de conhecimento da história de Minas, nem sempre devido à incúria, à perda de testemunhos preciosos, como é de praxe afirmar, mas também pela repressão religiosa e ideológica, que terá levado a uma voluntária destruição ou adulteração de documentos.

Resumindo o que aqui brevemente expusemos sobre algumas das questões suscitadas pelo exame das fontes textuais de certas obras de Cláudio Manuel da Costa (muito ainda haveria por dizer), pode-se afirmar, objetivamente, que estas obras, vistas à luz de fontes textuais recentemente localizadas ou reunidas, evidenciam da parte do Poeta uma complexidade e um amadurecimento ideológico maior do que até então lhe vinha atribuindo a crítica especializada; que a crise de identidade manifestada pela voz autoral em poemas produzidos nas fases de retorno e de readaptação à terra natal tende a se diluir e a desaparecer com a idade madura e com o envolvimento efetivo com as questões locais, de natureza política, social e econômica; que a ambivalência e a ambiguidade ideológica que caracterizam certas passagens de sua produção podem ser vistas, no jogo do poder, como estratégias de encobrimento, mas também de aliciamento de parceiros poderosos, e ainda como instrumentos de persuasão, em benefício das comunidades subjugadas; que a obra do Poeta, já de si vasta e valiosa do ponto de vista literário, com a descoberta de novos códices, firma-se como ainda mais extensa e mais valiosa para o conhecimento do homem e da época, o que, a rigor, aplica-se aos demais poetas do tempo.

## ABSTRACT

The work of the so-called “poetas inconfidentes” of Minas Gerais, Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga and Inácio José de Alvarenga Peixoto, when examined in the light of historical documents and textual sources, can offer suggestive possibilities of reading and understanding of their aesthetic and ideological development. The weight of State censorship of their time, restricting free expression of the spirit, and the conditions to which these poets were subjected when arrested and tried, are clear indications that much of their manuscripts was lost, which has hindered full access to their ideas. The recent gathering of the extensive, unpublished and sparse work of Cláudio Manuel da Costa, and the discovery of textual sources of part of his production allow a greater proximity with the genesis of his work and contribute to a better assessment of the author and his period. Bearing in mind the meanings of aesthetic and ideological marks registered on the author’s manuscripts, some aspects of the literary work of Cláudio Manuel da Costa are privileged in the present study.

KEYWORDS: XVIII<sup>th</sup> century, textual sources, Minas Gerais, Cláudio Manuel da Costa.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Melânia Silva de. A trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa. In: *A poesia dos inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Domicio Proença Filho (org.); artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et alii.. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 27-39.

BAIÃO, Antônio. Cinco sonetos inéditos de Cláudio Manuel da Costa. *Revista de Filologia Portuguesa*, São Paulo, n. 18, p.103-116, jun. 1925.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Huicitec, 1986.

CANDIDO, Antonio. Os Ultramarinos. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*.

- São Paulo; Rio de Janeiro: Duas Cidades / Ouro sobre Azul, 2004. p. 153-165.
- \_\_\_\_\_. Literatura como sistema. In: CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. v. 1.
- COMPAGNON, Antoine. O sujeito da citação. In: \_\_\_\_\_. *O trabalho da citação*. Trad. Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- COSTA, Cláudio Manuel da. Poesia completa. In: *A poesia dos inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Domicio Proença Filho (org.); artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et alii. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 41- 530.
- \_\_\_\_\_. *Orbas* [sic]. Coimbra: Offic. de Luiz Secco Ferreira, 1768.
- FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livreria do cônego*. 2. ed. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1981.
- LAPA, Manuel Rodrigues. “Cartas Chilenas”: um problema histórico e filológico. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1958.
- \_\_\_\_\_. *Imagem de Glauceste, três sonetos inéditos*. Anhembi, São Paulo, v. VIII, n. 23, Ano II, p. 235-240, out. 1952.
- \_\_\_\_\_. *Os versos anarquistas do Vila Rica*. Suplemento Literário de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 86, p. 2-5, abr. 1968.
- MELO FRANCO, Caio de. *O inconfidente Cláudio Manuel da Costa*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.
- PEIXOTO, Inácio José de Alvarenga. Poesia completa. In: *A poesia dos inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Domicio Proença Filho (org.); artigos, ensaios e notas de Melânia Silva de Aguiar et alii. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 897-988.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RIBEIRO, João. *Obras poéticas de Cláudio Manoel da Costa*. Rio de Janeiro: Garnier, 1903.
- SOUZA, Laura de Mello e. Os ricos, os pobres e a revolta nas Minas do século XVIII (1707-1789). *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v. 4, n. 2-3, p. 31-36, mai./dez., 1989.

---

Data de recebimento: 30 de março de 2011

Data de aprovação: 17 de junho de 2011